

A representante do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Sílvia Helena Mateus, destacou em audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Máfia das Órteses e Próteses no Brasil uma pesquisa do DataFolha feita em 2010 que mostra uma pressão grande da indústria farmacêutica sobre os médicos para que eles receitem determinados medicamentos ou equipamentos cirúrgicos. A órtese é um dispositivo externo aplicado ao corpo de modo provisório ou não para prevenir ou corrigir deformidades ortopédicas. E a prótese substitui o órgão ou a sua função.

Durante o debate sobre a cartelização na venda de órteses e próteses no Brasil com representantes da classe médica e estabelecimentos hospitalares e planos de saúde, Sílvia Helena lembrou que desde abril está em vigência uma resolução do conselho que proíbe os médicos de beneficiarem determinada empresa em troca de benefícios como viagens e presentes.

A dirigente também se disse preocupada com a proximidade das empresas com os estudantes de medicina. "Uma das coisas que nos preocupou foi a entrada de empresas nas faculdades durante o período de graduação, já tendo contato com estudantes de medicina que nem prescrevem nada ainda. Isso pra nós é uma coisa preocupante e que acaba influenciando a prescrição de alguma forma."

O sub-relator da CPI, deputado Odorico Monteiro (PT-CE), afirmou que não há dúvidas de que existem irregularidades na prescrição de cirurgias no Brasil, o que encarece os custos.

Para ele é preciso regulamentar o setor para que não haja prejuízo para a população. "Quando você estabelece protocolos claros, quando se estabelece a medicina baseada em evidências como critério de indicação, quando se estabelece a segunda opinião médica para cada caso, inclusive garantir que o médico que indica não é o médico que vai fazer o procedimento, você já reduz os custos."

Compra da fábrica

A representante da Unimed Campinas, Cybelle Assad, informou que o plano de saúde tem hoje somente 4,5% do custo assistencial relacionado a órteses e próteses. "O modelo da Unimed permite a compra direta com a indústria, o que diminui em até 2/3 do valor do procedimento."

O representante da Unimed de Belo Horizonte, Sérgio Bersan, explicou que desde 2002 a empresa adotou um modelo de gestão para baratear os custos nos processos cirúrgicos. "Todas as próteses são marcadas e vêm para uma autorização da nossa auditoria. Ela é avaliada tecnicamente e quando existe alguma divergência há uma discussão com o nosso médico cooperado e se a divergência persistir nós convocamos nossos comitês de especialidades que podem neste momento dar sua opinião técnica. Nós sempre fazemos uma revisão também de literatura para verificar se há evidência científica nesses casos excepcionais."

Redução de custos

O representante do Hospital Albert Einstein, Miguel Cendoroglo Neto, informou que um programa do Hospital Albert Einstein em São Paulo implementado há quatro anos prevê que, em caso de cirurgia de coluna, o paciente que quiser terá direito a uma segunda opinião médica.

No programa, o paciente pode ouvir uma segunda opinião de um médico que pode indicar a cirurgia ou um tratamento convencional, baseado em fisioterapia, acupuntura e cirurgia de descompressão.

Com isso, dos 2.557 pacientes que já participaram do programa, em vigor desde 2011, apenas 42%

se submeteram à cirurgia.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 12.05.2015.